



SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA



EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº 012/2017

A Comissão de Licitações da UFSM, sediada na Cidade Universitária, em Santa Maria/RS, torna público, para o conhecimento dos interessados, que realizará Licitação, na Modalidade CONCORRÊNCIA, do tipo maior oferta, para **PERMISSÃO DE USO DE ÁREA FÍSICA (TERRENO E TORRE), LOCALIZADA NO MORRO DAS ANTENAS**, conforme especificado no item nº 2 deste Edital, de acordo com o que prescreve a Lei 8.666, de 21/06/93, alterada por legislação posterior, e Decreto n. 4.485, de 25 de novembro de 2002 e conforme consta no processo **23081.027021/2016-91**.

1. Os ENVELOPES nº 01 (documentação) e nº 02 (proposta) serão recebidos pela Comissão de Licitações da UFSM, na Sala 666, 6º pavimento do Edifício da Administração Central, na Cidade Universitária.

Data limite para entrega dos envelopes nº 01 (documentação) e nº 02 (proposta):

Dia **03/07/2017** até às **14:00 h**.

Datas de abertura dos envelopes:

1ª abertura – **03/07/2017** até às **14:00 h**. (envelope nº 01)

2ª abertura – **11/07/2017** até às **14:00 h**. (envelope nº 02)

2. OBJETO DA LICITAÇÃO

2.1. Esta licitação tem por objeto **PERMISSÃO DE USO DE ÁREA FÍSICA (TERRENO E TORRE), LOCALIZADA NO MORRO DAS ANTENAS**

2.1.1. DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DAS ÁREAS A SEREM CEDIDAS À LICITANTE VENCEDORA:

A) A licitante Vencedora poderá fazer uso de qualquer um dos lados da torre, desde a base até a altura de 25 (vinte e cinco) metros. Para o caso de instalações que possam alterar significativamente a carga de peso sobre a torre ou a carga de vento sofrida por ela, a UFSM se reserva o direito de exigir apresentação de laudo técnico (emitido por profissional habilitado e competente na área) que comprove a inexistência de riscos para a estrutura.

B) Dentro do terreno, a Licitante Vencedora poderá ocupar uma área exclusiva de no máximo 05 (cinco) metros de largura por 05 (cinco) metros de comprimento com o objetivo de instalar um abrigo móvel do tipo container (não fornecido pela UFSM). Será permitido que ocupe uma base de concreto que já existe e se encontra vaga no terreno, que faça obra para ampliá-la ou que construa uma nova, sempre respeitando o limite máximo de 5m x 5m. A área exclusiva destinada à Licitante Vencedora não poderá ficar alocada de modo que obstrua acessos e movimentação de equipamentos ou que interfira no esteiramento de cabos instalado entre a torre e o abrigo da UFSM já construído.

C) O espaço destinado à Licitante Vencedora no terreno e na torre não poderá ser sublocado, sendo proibida a instalação de antenas de terceiros.

2.2. OBRIGAÇÕES DA LICITANTE VENCEDORA:

A. O consumo de energia elétrica da área exclusiva destinada à Licitante Vencedora e de seus equipamentos será independente do da UFSM, por meio de medidor individual que deverá ser instalado pela empresa. O custo com a energia elétrica consumida pela iluminação externa ficará a cargo da UFSM. Porém, até regularização da rede elétrica no local, a Licitante Vencedora fica responsável de fornecer iluminação provisória.

B. O consumo de água, levando em conta que não há rede de fornecimento no local, será de responsabilidade da Licitante Vencedora.

C. A Licitante Vencedora terá obrigação, considerando o terreno na sua totalidade, de cuidar do monitoramento de segurança, da limpeza, da manutenção da área comum e dos reparos que eventualmente forem necessários, bem como no cercamento e na iluminação da área comum. Equipamentos e materiais que forem incorporados ao espaço comum devem permanecer instalados após o término do contrato de Permissão.

D. Serão de responsabilidade da Licitante Vencedora a troca e/ou manutenção de peças e equipamentos de consumo, incluindo aquelas que fazem referência à segurança do local, sempre que se fizer necessário, no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a partir da identificação do problema e/ou notificação da UFSM.

E. Será vedado à Licitante Vencedora por meio de seus funcionários ou terceirizados, danificar, alterar ou substituir qualquer equipamento ou material da UFSM instalado na torre ou no esteiramento para cabos, além de ter acesso proibido ao abrigo (construção de alvenaria) da UFSM. Adicionalmente, não serão permitidas quaisquer alterações na estrutura da torre, tais como perfurações, retirada de parafusos de sustentação e afins.

F. Será obrigação da Licitante Vencedora, exigir o uso de equipamentos de proteção individual (EPI'S) adequados e cumprimento das normas técnicas em qualquer serviço realizado por seus funcionários ou terceirizados, ficando, também, como única responsável no caso de acidentes com esses trabalhadores.

G. Equipamentos da Licitante Vencedora serão considerados secundários com relação aos da UFSM, de modo que qualquer interferência identificada nos equipamentos da Licitante Vencedora deverá ser sanada pela empresa através de modificações na sua própria aparelhagem.

H. Será de responsabilidade exclusiva da Licitante Vencedora os eventuais prejuízos aos bens e serviços da empresa que decorrerem de interrupção no fornecimento de energia elétrica, intempéries climáticas e/ou situações relacionadas e fora do controle da UFSM.

I. A Licitante Vencedora deverá notificar imediatamente a UFSM sobre todo defeito ou anomalia encontrado no local, considerando, inclusive, a Torre e tudo nela instalado.

J. A Licitante Vencedora terá um prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Termo de Permissão para providenciar todas as obrigações de que tratam as alíneas A e C.

2.3. Será firmado um Termo de Permissão com a Licitante Vencedora, com prazo de vigência de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.



3. DAS CONDIÇÕES PARA PARTICIPAÇÃO

3.1 DA DOCUMENTAÇÃO (ENVELOPE Nº 1)

As licitantes poderão participar da presente licitação sob duas formas:

3.1.1 Empresas com documentos validados no SICAF, nos níveis I, II, III, IV e VI. 3.1.1 **Será verificada online a ocorrência de registro de penalidades junto ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Atos de Improbidade Administrativas – CNJ, Lista de Inidôneos do TCU e Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF.**

3.1.2. Empresas que não estiverem inscritas junto ao Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF:

3.2.1.1. Apresentar, em uma única via, cópias autenticadas ou cópias acompanhadas dos originais ou, ainda, publicação em órgão da imprensa oficial, da documentação relativa à habilitação jurídica; à qualificação econômico-financeira; à regularidade fiscal e à qualificação técnica, conforme o seguinte:

I - Habilitação Jurídica:

- a) Cédula de identidade;
- b) Registro comercial, no caso de empresa individual;
- c) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado, em se tratando de sociedades comerciais, e, no caso de sociedade por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores;
- d) Inscrição do ato constitutivo, no caso de sociedades civis, acompanhada de prova de diretoria em exercício;
- e) Decreto de autorização, em se tratando de empresa ou sociedade estrangeira em funcionamento no país, e ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, quando a atividade assim o exigir.
- f) Registro ou certificado de fins filantrópicos e/ou ato de declaração de utilidade pública, no caso de sociedades civis sem fins lucrativos ou de utilidade pública;

II - Qualificação Econômico Financeira:

- a) Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, já exigível e apresentado na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
- b) Certidão Negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física.

III - Regularidade Fiscal:

- a) Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas – CPF, ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas – CNPJ;
- b) Prova de Regularidade junto a Fazenda Federal;
- c) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativa ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- d) Prova de regularidade para com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do licitante, ou outra equivalente, na forma da lei;
- e) Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS) e ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei.

IV - Qualificação Técnica:

- a) Registro ou inscrição na entidade profissional competente;

3.3. Todas as licitantes deverão apresentar no dia da entrega dos envelopes:

- a) Declaração de inexistência de fato superveniente de responsabilidade da licitante, podendo ser usado o modelo do Anexo 1 deste Edital.
- b) Termo de Desistência Recursal, se for o caso, podendo ser usado o modelo constante no Anexo 2 deste Edital. (não constitui documentação obrigatória)
- c) Declaração de cumprimento do disposto no inciso XXXIII, do art. 7º da Constituição Federal, conforme modelo constante no anexo 3 deste Edital.
- d) Declaração de Elaboração independente de proposta, conforme modelo anexo 04 deste edital.
- e) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT, emitido pela Justiça do Trabalho. A validação da certidão, apresentada pela licitante, será verificada on line, pela Comissão de Licitações, na fase de habilitação.

3.4. A documentação deverá ser apresentada em envelope fechado ou lacrado, devidamente identificado, podendo ser usado o modelo a seguir:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA COMISSÃO DE LICITAÇÕES AVENIDA RORAIMA, 1000 SALA 666, REITORIA/UFSM – CEP 97.105-900 CONCORRÊNCIA Nº _____ DIA/...../....., às horas ENVELOPE 01 – DOCUMENTAÇÃO CNPJ DA EMPRESA: _____ RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA: _____
--

4. DA PROPOSTA (ENVELOPE Nº 2)

- 4.1. A proposta deverá ser apresentada devidamente datada, assinada, sem emendas, rasuras ou entrelinhas.



4.2. A proposta deverá conter **o valor de retribuição mínima mensal à Universidade**, pela ocupação da área física, torre e terreno, o qual não poderá ser inferior a **R\$ 7.000,00** (sete mil reais).

4.3. Será desclassificada a proposta que esteja em desacordo com o Edital, bem como as que forem manifestamente inexeqüíveis ou, ainda, apresentada em papel de uso em aparelho fac-símile.

4.4. A proposta deverá ser apresentada em envelope fechado ou lacrado, devidamente identificado, podendo ser usado o modelo a seguir:

UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA CAMPUS UNIVERSITÁRIO – SANTA MARIA/RS- CEP: 97105-900 COMISSÃO DE LICITAÇÕES AVENIDA RORAIMA, 1000 SALA 666, ED. REITORIA NÚMERO da CONCORRÊNCIA _____ DIA ____/____/____, às _____ HORAS ENVELOPE 02 - PROPOSTA CNPJ _____

5. DO PROCESSAMENTO DA LICITAÇÃO

5.1. Nos dias, hora e local marcados, a sessão de recebimento e abertura dos envelopes contendo a documentação e a proposta terá início pela apresentação, ao Presidente da Comissão de Licitações, de credenciais de um único representante de cada Licitante, quanto for o caso, para exame das mesmas. Feito isso, serão entregues os envelopes, conforme estabelecido neste Edital.

5.2. A Comissão de Licitações rubricará a documentação e as propostas apresentadas, submetendo as mesmas ao exame e rubrica dos representantes credenciados presentes em cada sessão.

5.2.1 Para os fins acima, a credencial deverá ser através de procuração específica ou indicação no cadastro da empresa no SICAF, a qual concede poderes ao representante credenciado, inclusive para deliberar, interpor e/ou renunciar os recursos.

5.3 Havendo dúvidas, o Presidente da Comissão de Licitações deverá registrar em ata as razões que a determinaram, podendo reter documentos que a instruem.

5.4. Após a habilitação, não havendo, pelos participantes, intenção de recurso, o que deverá ser expresso em formulário próprio, fornecido pela UFSM, bem como consignado em ata, proceder-se-á a imediata abertura dos ENVELOPES Nº 02 (PROPOSTAS), podendo ser efetuado no primeiro dia útil subsequente, a critério do Presidente da Comissão de Licitações. Havendo a intenção de recurso, a data para abertura do ENVELOPE Nº 02 será a constante do item 01 deste edital, desde que julgados todos os recursos.

5.5. Será franqueado aos proponentes o exame dos documentos e propostas, podendo qualquer um deles solicitar o registro de observações que entender conveniente, desde que o faça no momento próprio, anunciado pelo Presidente da Comissão de Licitações, não sendo registrada em ata qualquer intervenção intempestiva.

5.6. Fica reservado à Comissão de Licitações, que julgará a presente Concorrência, o direito de acatar ou não as impugnações ou observações registradas em ata.

5.7. As dúvidas que surgirem durante a reunião, serão a juízo do Presidente da Comissão de Licitações, por este resolvidas na presença dos licitantes, ou deixadas para posterior deliberação, devendo o fato ser registrado em ata.

6 JULGAMENTO

6.1. A Comissão de Licitações adjudicará a proposta mais vantajosa para a administração, através do seguinte critério:

- a) O maior valor ofertado a título de retribuição mensal à UFSM, pela ocupação da área física, a partir do mínimo exigido no subitem 4.2, obedecidas as demais condições deste Edital.
- b) Havendo empate no valor máximo ofertado, a escolha da Licitante Vencedora far-se-á por sorteio.

7. ADJUDICAÇÃO

7.1. Após a adjudicação, o objeto especificado no item 2 deste Edital será deferido a Licitante Vencedora mediante Termo de Permissão, nos termos da Lei nº 8.666, de 21/06/1993, cuja minuta anexa é parte integrante deste Edital, como se aqui estivesse transcrita.

7.2. O Termo de Permissão deverá ser retirado, assinado e devolvido pela Licitante Vencedora, no prazo máximo de 05 (cinco) dias, após a data da convocação feita pela UFSM, sob pena de decair o direito à Permissão.

8. SANÇÕES CONTRATUAIS

8.1. As sanções contratuais são as previstas no artigo 77, da Lei nº 8.666, de 21/06/93, bem como nos artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal.

8.1.1. A ocorrência dos casos previstos no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do Termo de Permissão.

8.2. Na hipótese de atraso no pagamento da retribuição, devida pela PERMISSONÁRIA, acrescer-se-á correção monetária calculada por índices oficiais, até o seu efetivo pagamento, bem como de juros de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês e multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total devido no primeiro mês, a partir do segundo mês de inadimplemento será cobrado 4% (quatro por cento).

8.2.1. Decorridos 15 (quinze) dias de **atraso no pagamento referente ao consumo de energia elétrica**, a Pró-Reitoria de Infraestrutura/UFSM fará o corte da energia, e para seu religamento a Licitante Vencedora deverá apresentar as guias comprovando o pagamento.

8.2.2. Decorridos 60 (sessenta) dias de atraso no pagamento e na retribuição de energia elétrica devida, o Termo de Permissão será automaticamente rescindido, sem prejuízo da cobrança de multas previstas no presente Termo de Permissão e penalidades previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

8.3. Será passível de penalidade a Licitante Vencedora que infringir qualquer dispositivo legal (federal, estadual e/ou municipal); não cumprir quaisquer dos itens deste Edital de Concorrência e/ou desobedecer às normas e procedimentos emanados da Pró-Reitoria de Infraestrutura/UFSM, complementares a este Edital.



8.3.1. As penalidades a serem aplicadas são:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa;
- c) Cancelamento da Permissão e conseqüente anulação da Licença de Funcionamento.

8.3.1.1 A multa para qualquer infração ao que estabelece o presente Edital será de valor único e igual a três vezes o valor da retribuição mensal.

9. RECURSOS ADMINISTRATIVOS

9.1. Os recursos administrativos cabíveis são os previstos nos termos do artigo 109, da Lei n. 8.666/93.

10. DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1. À Universidade, por interesse público justificado, é reservado o direito de revogar esta licitação, sem que caiba aos participantes, direito à reclamação ou indenização.

10.2. A simples participação nessa licitação implica na aceitação plena e incondicional do inteiro teor expresso neste Edital, desde que transcorrido "in albis", o prazo estabelecido no artigo 41, § 2º, da Lei 8.666/93.

10.3. A proposta apresentada terá validade mínima de 30 (trinta) dias a partir da data de abertura do ENVELOPE nº 02.

10.4. A Licitante Vencedora obriga-se a manter, durante toda a vigência da Permissão, as condições de qualificação e habilitação exigidas neste edital.

10.5. A qualquer tempo a UFSM, poderá solicitar a comprovação da habilitação e qualificação em questão, conforme artigo 55, inciso XIII da Lei nº 8.666/93.

10.6. No caso de não haver expediente no dia marcado para a realização desta licitação, esta será realizada no primeiro dia útil subsequente, mantidas todas as demais condições.

10.7. Para a participação deste certame, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste certame, ou de outra forma que não relacionada a este certame, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

10.8. Para dirimir qualquer dúvida a respeito do presente acordo o foro competente será a Justiça Federal na cidade de Santa Maria.

10.9. Cópias deste Edital, estão disponíveis para download no portal site.ufsm.br.

10.10. Dúvidas, informações e outros elementos necessários ao perfeito conhecimento das regras desta licitação, bem como outros pedidos de esclarecimentos, deverão ser encaminhadas para a Coordenação de Licitações através do e-mail pregao@ufsm.br

Santa Maria, 30 de maio de 2017.

Jayme Worst
Coordenador de Licitações



ANEXO 1

DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE FATO IMPEDITIVO

A Empresa _____, inscrita
sob o CNPJ nº _____/_____-_____, sediada na cidade de
_____Estado _____ à rua
_____, nº _____ bairro
_____, CEP _____-_____, Fone:
_____, Fax _____, declara sob as penas da lei, que até a
presente data:

- A) **Inexistem fatos supervenientes impeditivos da sua habilitação no presente processo licitatório.** bem como ter ciência da obrigatoriedade de declarar ocorrências posteriores.
- B) Não possuem em seu quadro societário nenhum Servidor Público Federal, salvo na forma excetuada no inciso X do artigo 117 de Lei 8112/90.
- C) não possui em seu quadro, atuando de forma direta ou indireta, nenhum servidor ou dirigente da UFSM, conforme dispõe o inciso III do artigo 9º da Lei 8.666/93.

Santa Maria, ____ de _____ de ____.

Assinatura

Nome do Declarante

Nº Cédula de Identidade:

ANEXO 2

TERMO DE DESISTÊNCIA RECURSAL

A Empresa _____ CNPJ n _____,
por intermédio de seu Representante legal _____ (conforme
documento em anexo), no presente ato e na melhor forma de direito, vem DESISTIR de
qualquer recurso cabível relativo à fase de habilitação referente a Concorrência n.
_____ promovida pela Universidade Federal de Santa Maria, de acordo com o Artigo
43, III da Lei n. 8.666, de 21.06.93, alterada pela Lei n. 8.883/94.

Santa Maria, _____ de _____ de _____.



ANEXO 3

DECLARAÇÃO

Ref.: (identificação da licitação)

....., inscrito no CNPJ nº
....., por intermédio de seu representante legal o(a) Sr(a)
....., portador (a) da Carteira de Identidade
nº e do CPF nº, **DECLARA**, para fins
do disposto no inciso V do art. 27 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, acrescido pela Lei
nº 9.854, de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz ().

.....
(data)

.....
(representante legal)

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO 04

DECLARAÇÃO DE ELABORAÇÃO INDEPENDENTE DE PROPOSTA

(Identificação da Licitação)

(Identificação completa do representante da licitante), como representante devidamente constituído de (Identificação completa da licitante ou do Consórcio) doravante denominado (Licitante/Consórcio), para fins do disposto no item (completar) do Edital (completar com identificação do edital), declara, sob as penas da lei, em especial o art. 299 do Código Penal Brasileiro, que:

(a) a proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) foi elaborada de maneira independente (pelo Licitante/Consórcio), e o conteúdo da proposta não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(b) a intenção de apresentar a proposta elaborada para participar da (identificação da licitação) não foi informada, discutida ou recebida de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação), por qualquer meio ou por qualquer pessoa;

(c) que não tentou, por qualquer meio ou por qualquer pessoa, influir na decisão de qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) quanto a participar ou não da referida licitação;

(d) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não será, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, comunicado ou discutido com qualquer outro participante potencial ou de fato da (identificação da licitação) antes da adjudicação do objeto da referida licitação;

(e) que o conteúdo da proposta apresentada para participar da (identificação da licitação) não foi, no todo ou em parte, direta ou indiretamente, informado, discutido ou recebido de qualquer integrante de (órgão licitante) antes da abertura oficial das propostas; e

(f) que está plenamente ciente do teor e da extensão desta declaração e que detém plenos poderes e informações para firmá-la.

_____, em ____ de _____ de _____

(representante legal do licitante/ consórcio, no âmbito da licitação, com identificação completa)



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA

TERMO DE PERMISSÃO __/2017

A UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA MARIA, inscrita no CNPJ. Nº 95.591.764/0001-05, sediada na Cidade Universitária, Santa Maria, neste ato representada pelo Vice-Reitor, Prof. PAULO BAYARD DIAS GONÇALVES, e, outorga a Permissão de uso do espaço físico para a empresa _____, CNPJ nº _____, estabelecida _____, representada pelo Sr. _____, a seguir denominadas PERMITENTE e PERMISSIONÁRIA, respectivamente, com o fim específico de **PERMISSÃO DE USO DE ÁREA FÍSICA (TERRENO E TORRE), LOCALIZADA NO MORRO DAS ANTENAS**, conforme especificado na Cláusula Primeira deste Termo de Permissão, de acordo com o que prescreve a Lei 8.666, de 21.06.93, alterada por Legislação Posterior, e Decreto 4.485, de 25 de novembro de 2002, em face do que consta do Processo **23081.027021/2016-91** e da proposta da Licitante Vencedora da Concorrência **012/2017**, que faz parte integrante do presente Termo de Permissão como se aqui estivesse transcrita, firmar o presente Termo, para o fim acima e de acordo com o que segue:

CLÁUSULA PRIMEIRA
DO OBJETO

A PERMISSIONÁRIA receberá da PERMITENTE a área física (terreno e torre), localizada no morro das antenas, com as características definidas nas subcláusulas subseqüentes.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA:

A PERMISSIONÁRIA poderá fazer uso de qualquer um dos lados da torre, desde a base até a altura de 25 (vinte e cinco) metros. Para o caso de instalações que possam alterar significativamente a carga de peso sobre a torre ou a carga de vento sofrida por ela, a PERMITENTE se reserva o direito de exigir apresentação de laudo técnico (emitido por profissional habilitado e competente na área) que comprove a inexistência de riscos para a estrutura.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA:

Dentro do terreno, a PERMISSIONÁRIA poderá ocupar uma área exclusiva de no máximo 05 (cinco) metros de largura por 05 (cinco) metros de comprimento com o objetivo de instalar um abrigo móvel do tipo container (não fornecido pela PERMITENTE). Será permitido que ocupe uma base de concreto que já existe e se encontra vaga no terreno, que faça obra para ampliá-la ou que construa uma nova, sempre respeitando o limite máximo de 5m x 5m. A área exclusiva destinada à PERMISSIONÁRIA não poderá ficar alocada de modo que obstrua acessos e movimentação de equipamentos ou que interfira no esteiramento de cabos instalado entre a torre e o abrigo da UFSM já construído.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA:

O espaço destinado à PERMITENTE no terreno e na torre não poderá ser sublocado, sendo proibida a instalação de antenas de terceiros.

CLÁUSULA SEGUNDA DAS OBRIGAÇÕES DA PERMISSIONÁRIA

A. O consumo de energia elétrica da área exclusiva destinada à PERMISSIONÁRIA e de seus equipamentos será independente do da PERMITENTE, por meio de medidor individual que deverá ser instalado pela empresa. O custo com a energia elétrica consumida pela iluminação externa ficará a cargo da PERMITENTE. Porém, até regularização da rede elétrica no local, a PERMISSIONÁRIA fica responsável de fornecer iluminação provisória.

B. O consumo de água, levando em conta que não há rede de fornecimento no local, será de responsabilidade da PERMISSIONÁRIA.

C. A PERMISSIONÁRIA terá obrigação, considerando o terreno na sua totalidade, de cuidar do monitoramento de segurança, da limpeza, da manutenção e dos reparos que eventualmente forem necessários, bem como no cercamento e na iluminação da área comum. Equipamentos e materiais que forem incorporados ao espaço comum devem permanecer instalados após o término do contrato de Permissão.

D. Serão de responsabilidade da PERMISSIONÁRIA a troca e/ou manutenção de peças e equipamentos de consumo, incluindo aquelas que fazem referência à segurança do local, sempre que se fizer necessário no prazo máximo de 15 (quinze) dias corridos a partir da identificação do problema e/ou notificação da UFSM.

E. Será vedado à PERMISSIONÁRIA por meio de seus funcionários ou terceirizados, danificar, alterar ou substituir qualquer equipamento ou material da PERMITENTE instalado na torre ou no esteiramento para cabos, além de ter acesso proibido ao abrigo (construção de alvenaria) da PERMITENTE. Adicionalmente, não serão permitidas quaisquer alterações na estrutura da torre, tais como perfurações, retirada de parafusos de sustentação e afins.

F. Será obrigação da PERMISSIONÁRIA, exigir o uso de equipamentos de proteção individual (EPI'S) adequados e cumprimento das normas técnicas em qualquer serviço realizado por seus funcionários ou terceirizados, ficando, também, como única responsável no caso de acidentes com esses trabalhadores.

G. Equipamentos da PERMISSIONÁRIA serão considerados secundários com relação aos da PERMITENTE, de modo que qualquer interferência identificada nos equipamentos da PERMISSIONÁRIA deverá ser sanada pela empresa através de modificações na sua própria aparelhagem.

H. Será de responsabilidade exclusiva da PERMISSIONÁRIA os eventuais prejuízos aos bens e serviços da empresa que decorrerem de interrupção no fornecimento de energia elétrica, intempéries climáticas e/ou situações relacionadas e fora do controle da PERMITENTE.

I. A PERMISSIONÁRIA deverá notificar imediatamente a UFSM sobre todo defeito ou anomalia encontrado no local, considerando, inclusive, a Torre e tudo nela instalado.

J. A PERMISSIONÁRIA terá um prazo máximo de 30 (trinta) dias a partir da assinatura do Termo de Permissão para providenciar todas as obrigações de que tratam as alíneas A e C.



CLÁUSULA TERCEIRA *DO VALOR DA RETRIBUIÇÃO E DO REAJUSTE*

A PERMISSIONÁRIA obriga-se a pagar mensalmente à Universidade, até o 10º dia útil do mês subsequente ao devido, o valor de R\$ (), como retribuição pela ocupação da área física, conforme descrito na cláusula primeira deste termo.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

O reajustamento de preços será anual, com base na variação do INPC ocorrida no período, conforme determina a Legislação Vigente.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A periodicidade do reajuste poderá ser modificada em decorrência de dispositivo legal superveniente, ficando neste caso fixada a menor periodicidade permitida legalmente.

CLÁUSULA QUARTA *DO PAGAMENTO*

Para pagamento da retribuição mensal devida e do consumo de energia elétrica a PERMISSIONÁRIA deverá retirar junto a Pró-Reitoria de Infraestrutura/UFSM, até o 10º (décimo) dia de cada mês, as guias de recolhimento bancário correspondente ao mês anterior.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A guia de recolhimento bancário será preenchida pelo órgão supracitado, com o valor em reais, para pagamento na UG Gestora 15316415238, Códigos de Depósitos: para o ressarcimento mensal 28804-7 e 28830-6 referente ao consumo de energia elétrica.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Após ter efetuado o recolhimento, a PERMISSIONÁRIA compromete-se a enviar no prazo máximo de 48 (quarenta e oito) horas, cópias dos comprovantes à Pró-Reitoria de Infraestrutura/UFSM.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

No caso de ocorrer o previsto na Subcláusula Segunda da Nona, o valor correspondente a juros e multa será acrescido ao pagamento do valor devido no mês subsequente.

SUBCLÁUSULA QUARTA

Os valores referentes ao ressarcimento mensal e energia elétrica incidem a partir da assinatura do Termo de Permissão, conforme Cláusula Nona, Subcláusula Primeira.

CLÁUSULA QUINTA
DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A PERMISSIONÁRIA deverá atender às exigências da UFSM ou outro órgão competente relacionadas com as medidas de segurança, prevenção e combate ao fogo.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

À PERMISSIONÁRIA caberá total responsabilidade pela adoção de qualquer tipo de seguro contra riscos a que estiver sujeito o seu estabelecimento ou seus funcionários.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

À Universidade não caberá qualquer responsabilidade quanto a indenização ou outra forma de ressarcimento, pelos eventuais danos ou prejuízos que possa sofrer a PERMISSIONÁRIA causado por roubo, furto, fogo ou fenômenos climáticos.

CLÁUSULA SEXTA
DESOCUPAÇÃO DO ESPAÇO FÍSICO

Findo o prazo de Permissão, a PERMISSIONÁRIA obriga-se a desocupar e entregar, no último dia de vigência do Termo de Permissão, o espaço físico que lhe havia sido destinado, o que fará independente de qualquer aviso, notificação, interpelação judicial ou extrajudicial.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A entrega do espaço físico desocupado será feita a funcionário designado pela Coordenadoria de Comunicação Social da UFSM, de cujo ato será lavrado termo de vistoria e recebimento, com ciência da PERMISSIONÁRIA. Na hipótese de ser constatado qualquer dano, a PERMISSIONÁRIA deverá ser responsabilizada e indenizar os danos apontados pelo laudo, ou poderão ser adotadas outras medidas julgadas convenientes pela Administração, conforme prevê o artigo 67, parágrafo 2º da Lei n. 8666/93.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Quando da entrega do espaço físico, por ocasião do término desta permissão de uso, o mesmo deverá ser entregue com todas as benfeitorias efetuadas durante o período, de acordo com a alínea C da Cláusula Segunda, podendo ser retirados apenas os equipamentos relativo ao sistema de monitoramento.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

A retirada dos equipamentos será de responsabilidade da PERMISSIONÁRIA.

CLÁUSULA SÉTIMA
DA FISCALIZAÇÃO DO TERMO DE PERMISSÃO

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A fiscalização da PERMISSIONÁRIA será exercida pela Coordenadoria de Comunicação Social/UFSM.



SUBCLÁUSULA SEGUNDA

A PERMISSIONÁRIA obrigará-se a cumprir toda a legislação fiscal, social, trabalhista e previdenciária, pontualmente, cabendo o direito à UFSM, por seus órgãos e agentes, acesso à documentação, quando solicitar, para fiscalização complementar à dos respectivos órgãos públicos.

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Em atendimento ao artigo 67 da Lei 8.666/93 fica indicada, como gestor do Termo de Permissão, o Servidor da UFSM, _____, Matrícula SIAPE nº _____ e como gestor substituto o Servidor da, _____, Matrícula SIAPE nº _____.

CLÁUSULA OITAVA DAS INFRAÇÕES

Além das situações previstas expressamente na Lei 8.666/93 e no Termo de Permissão, a PERMISSIONÁRIA ao cometer a infração a seguir relacionada, ficará, por igual, sujeita às penalidades estabelecidas pela PERMITENTE:

- a) Transferir, alugar, subalugar, doar ou, mediante a utilização de qualquer artifício, passar para terceiros, durante a vigência da permissão, mesmo permanecendo em seu nome, as obrigações e/ou responsabilidades assumidas perante a PERMITENTE.

CLÁUSULA NONA DAS SANÇÕES CONTRATUAIS

As sanções contratuais são as previstas no artigo 77, da Lei nº 8666, de 21.06.93, bem como nos artigos 86 e 87 do mesmo diploma legal.

SUBCLÁUSULA PRIMEIRA

A ocorrência dos casos previstos no Artigo 78 da Lei nº 8.666/93 ensejará a rescisão do Termo de Permissão.

SUBCLÁUSULA SEGUNDA

Na hipótese de atraso no pagamento da retribuição, devida pela PERMISSIONÁRIA, acrescer-se-á correção monetária calculada por índices oficiais, até o seu efetivo pagamento, bem como de juros de 0,5% (zero virgula cinco por cento) ao mês e multa contratual de 2% (dois por cento) sobre o total devido no primeiro mês, a partir do segundo mês de inadimplemento será cobrado 4% (quatro por cento).

SUBCLÁUSULA TERCEIRA

Decorridos 15 (quinze) dias de **atraso no pagamento referente ao consumo de energia elétrica**, a Pró-Reitoria de Infraestrutura/UFSM fará o corte da energia, e para seu religamento a PERMISSIONÁRIA deverá apresentar as guias comprovando o pagamento.

SUBCLÁUSULA QUARTA

Decorridos 60 (sessenta) dias de atraso no pagamento e na retribuição de energia elétrica devida, o Termo de Permissão será automaticamente rescindido, sem prejuízo da cobrança de multas previstas no presente Termo de Permissão e penalidades previstas na Lei 8.666/93 e suas alterações.

SUBCLÁUSULA QUINTA

Será passível de penalidade a PERMISSIONÁRIA que infringir qualquer dispositivo legal (federal, estadual e/ou municipal); não cumprir quaisquer dos itens deste Termo de Permissão e/ou desobedecer às normas e procedimentos emanados da Pró-Reitoria de Infraestrutura/UFSM e Coordenadoria de Comunicação Social, complementares a este Termo.

- As penalidades a serem aplicadas são:

- a) Advertência por escrito;
- b) Multa,
- c) Cancelamento da Permissão e conseqüente anulação da Licença de Funcionamento.

- A multa para qualquer infração ao que estabelece o presente Termo de Permissão será de valor único e igual a três vezes o valor da retribuição mensal.

SUBCLÁUSULA SEXTA

O reajuste do valor da multa ocorrerá conforme o que consta na Subcláusula Primeira da Cláusula Terceira deste Termo de Permissão.

CLÁUSULA DÉCIMA *DA VIGÊNCIA DO TERMO DE PERMISSÃO*

O presente Termo de Permissão vigorará pelo prazo de 12 (doze) meses a partir da data de sua assinatura, podendo ser prorrogado até o limite de 60 (sessenta) meses.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA *DA RESCISÃO DA PERMISSÃO*

Independentemente do fiel cumprimento das obrigações, poderá a UFSM rescindir a qualquer tempo a Permissão, com aviso prévio de 60 dias, caso deseje dar nova destinação ao espaço físico ou modificar o uso das áreas adjacentes.

SUBCLÁUSULA ÚNICA

O órgão competente para sugerir ao Reitor, a qualquer tempo, a rescisão da Permissão será a Coordenadoria de Comunicação Social/UFSM.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA *DAS CONDIÇÕES DE QUALIFICAÇÃO E HABILITAÇÃO*

A PERMISSIONÁRIA obriga-se a manter, durante a vigência deste Termo, as condições de qualificação e habilitação exigidas no ato convocatório. A qualquer tempo a PERMITENTE poderá solicitar a comprovação da habilitação e qualificações em questão, conforme art. 55, inciso XIII da Lei 8.666/93.



CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA
ANTICORRUPÇÃO LEI Nº. 12.846/2013

Para a execução deste Termo de Permissão, nenhuma das partes poderá oferecer dar ou se comprometer a dar a quem quer que seja, ou aceitar ou se comprometer a aceitar de quem quer que seja, tanto por conta própria quanto através de outrem, qualquer pagamento, doação, compensação, vantagens financeiras ou não financeiras ou benefícios de qualquer espécie que constituam prática ilegal ou de corrupção sob as leis de qualquer país, seja de forma direta ou indireta quanto ao objeto deste contrato, ou de outra forma que não relacionada a este contrato, devendo garantir, ainda, que seus prepostos e colaboradores ajam da mesma forma.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA
DO FORO

Para dirimir qualquer dúvida a respeito do presente ajuste o foro competente será a Justiça Federal na cidade de Santa Maria.

Santa Maria, ____ de _____ de 2017.

PERMITENTE

PERMISSIONÁRIA

TESTEMUNHAS